

Demonstrações Financeiras

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.428.722	21.693.930
Concessionárias e permissionárias	7	11.220.443	14.195.172
Adiantamento a fornecedores		892.681	473.530
Impostos a recuperar	8	3.765.481	3.319.383
Estoques		8.762.424	6.409.498
Ativo financeiro amortizável	9	56.338.126	42.518.773
Outros ativos circulantes		172.054	270.632
		96.579.931	88.880.918
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	22.808.653	24.247.493
Ativo financeiro amortizável	9	479.112.668	479.913.566
Contas a receber - partes relacionadas	22	130.958	24.794
Outros ativos não circulantes		4.302.306	161.853
Imobilizado		334.045	372.438
Intangível		107.516	147.346
		506.796.146	504.867.490
Total do ativo		603.376.077	593.748.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		998.494	1.108.598
Fornecedores - partes relacionadas	22	4.907	4.725
Financiamentos - terceiros	10	25.409.313	25.422.857
Impostos e contribuições sociais	13	2.900.108	8.313.269
Taxas regulamentares	11	2.722.634	3.077.023
Dividendos propostos	16	8.154.905	-
Outros passivos circulantes		503.771	390.065
		40.694.132	38.316.537
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	10	234.266.926	260.770.050
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	4.103	-
Impostos diferidos	14	38.223.506	46.599.272
Outros passivos não circulantes	15	19.814.094	19.050.000
		292.308.629	326.419.322
Patrimônio líquido			
Capital social		261.360.000	261.360.000
Reserva de lucros		8.154.905	-
Reserva legal		858.411	-
Prejuízos acumulados		-	(32.347.451)
	16	270.373.316	229.012.549
Total do passivo e do patrimônio líquido		603.376.077	593.748.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	17	63.343.725	100.163.604
Custo da operação	18	<u>(4.387.864)</u>	<u>(3.351.999)</u>
Lucro bruto		58.955.861	96.811.605
Despesas gerais e administrativas		(416.963)	(899.873)
Outras despesas		<u>231.923</u>	<u>-</u>
Lucro antes das receitas financeiras		58.770.821	95.911.732
Resultado financeiro	19	<u>(16.613.206)</u>	<u>(16.688.390)</u>
Receita financeira		4.654.572	3.683.961
Despesa financeira		<u>(21.267.778)</u>	<u>(20.372.351)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>42.157.615</u>	<u>79.223.342</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	7.358.056	(27.214.999)
Lucro líquido do exercício		<u>49.515.671</u>	<u>52.008.343</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	49.515.671	52.008.343
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>49.515.671</u>	<u>52.008.343</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	261.360.000	-	-	(84.355.794)	177.004.206
Lucro líquido do exercício	-	-	-	52.008.343	52.008.343
Saldos em 31 de dezembro de 2014	261.360.000	-	-	(32.347.451)	229.012.549
Lucro líquido do exercício	-	-	-	49.515.671	49.515.671
Constituição da reserva legal	-	858.411	-	(858.411)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	8.154.905	(8.154.905)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(8.154.905)	(8.154.905)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261.360.000	858.411	8.154.905	-	270.373.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes dos impostos	42.157.615	79.223.342
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	21.976.538	19.346.731
Depreciação e amortização	(61.465)	39.690
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(212.491)	723.910
Provisão para medidas compensatórias	768.197	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	3.399.710	(719.881)
Ativo financeiro amortizável	(13.018.455)	(36.202.768)
Estoques	(2.352.926)	(6.409.498)
Impostos a recuperar	(446.097)	(2.378.469)
Adiantamentos a fornecedores	(419.151)	(407.679)
Outros ativos	(4.148.039)	(74.927)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(109.745)	326.544
Tributos e contribuições sociais	4.163.473	8.167.102
Impostos pagos	(10.594.344)	(12.377.274)
Juros pagos	(19.587.157)	(19.384.923)
Taxas regulamentares	(354.389)	(146.472)
Outros passivos	(3.136.257)	(625.240)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>18.008.287</u>	<u>29.100.189</u>
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	1.438.840	(24.247.493)
Aquisição de imobilizado e intangível	(16.757)	(394.250)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	<u>1.422.083</u>	<u>(24.641.743)</u>
Atividades de financiamento:		
Financiamentos pagos	(25.695.578)	(25.372.131)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	<u>(25.695.578)</u>	<u>(25.372.131)</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.265.208)</u>	<u>(20.913.685)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>21.693.930</u>	<u>42.607.615</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>15.428.722</u>	<u>21.693.930</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto social: (i) explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor; e (ii) prestar serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a resolução homologatória nº 1.756/2014 estabeleceu a RAP em R\$59.566.330 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$63.100.844 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 18) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 17). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$368.096. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras;

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

3.9. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	377.129	302.420
Aplicações financeiras	15.051.593	21.391.510
	<u>15.428.722</u>	<u>21.693.930</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta reserva - financiamento	22.808.653	24.247.493
	<u>22.808.653</u>	<u>24.247.493</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	6.317.694	7.556.724
Vencidas até 30 dias	51.910	487.748
Vencidas até 60 dias	25.686	223.510
Vencidas até 90 dias	33.663	28.886
Vencidas há mais de 90 dias	5.306.463	6.625.768
	<u>11.735.416</u>	<u>14.922.636</u>
PCLD	(514.973)	(727.464)
	<u>11.220.443</u>	<u>14.195.172</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(727.464)	(3.554)
Reversão	212.491	-
Adição	-	(723.910)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(514.973)</u>	<u>(727.464)</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR s/ aplicação financeira	479.696	479.700
IRPJ	1.864.079	1.679.991
CSLL	1.356.749	1.097.383
PIS	1.656	1.656
COFINS	7.643	7.643
Outros	55.658	53.010
	<u>3.765.481</u>	<u>3.319.383</u>

9. Ativo financeiro amortizável

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante	56.338.126	42.518.773
Não circulante	479.112.668	479.913.566
	<u>535.450.794</u>	<u>522.432.339</u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

10. Financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantias</u>	<u>Encargos</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
BNDES - Subcrédito A	11/2012	04/2028	(i)	TJLP + 2,74% a.a.	209.314.641	226.871.621
BNDES - Subcrédito B	11/2012	10/2022	(i)	2,5% a.a.	50.118.264	57.452.644
BNDES - Subcrédito C (ii)	09/2014	04/2027	(i)	TJLP	243.334	1.868.642
					259.676.239	286.192.907
Circulante					25.409.313	25.422.857
Não circulante					234.266.926	260.770.050
					259.676.239	286.192.907

(i) Segue relação das garantias do contrato:

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

(ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, no valor de R\$1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$1,2 milhão e R\$531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$995.552 até 31 de dezembro de 2015.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2016	25.409.313
2017	25.748.060
2018	25.748.060
2019	25.748.060
2020 - 2028	157.022.746
	259.676.239

c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,50 vezes. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia atingiu os índices propostos.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

11. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Quota de reserva global de reversão (RGR) (i)	1.063.759	1.663.242
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	1.298.948	963.500
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	359.927	450.281
	<u>2.722.634</u>	<u>3.077.023</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e nr. 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

12. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia não possui processos com expectativa de perda provável.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ambiental	86.037	-
Trabalhista	8.726.532	-
	<u>8.812.569</u>	<u>-</u>

13. Impostos e contribuições sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR	1.558.434	5.599.230
CSLL	823.369	2.119.234
PIS	68.272	91.057
COFINS	321.793	422.895
Outros	128.240	80.853
	<u>2.900.108</u>	<u>8.313.269</u>

14. Impostos diferidos passivos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos diferidos passivos	38.223.506	46.599.272
	<u>38.223.506</u>	<u>46.599.272</u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

15. Outros passivos não circulantes

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações especiais (i)	18.818.542	19.050.000
Outras provisões passivas	995.552	-
	<u>19.814.094</u>	<u>19.050.000</u>

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo. Amortizamos a taxa média de depreciação do ano de 2014, 2,43%, pela realização da receita.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$261.360.000, dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2015 e 2014</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	49.515.671	52.008.343
Absorção de prejuízo	(32.347.451)	(52.008.343)
Base para reserva legal	17.168.220	-
Reserva legal (5%)	(858.411)	-
Base de cálculo para os dividendos	16.309.809	-
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	8.154.905	-

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

17. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional bruta	76.764.415	109.821.878
Receita de operação e manutenção	7.224.272	9.742.682
Remuneração dos ativos financeiros	69.540.143	84.045.221
Outras	-	16.033.975
Deduções da receita operacional	(13.420.690)	(9.658.274)
PIS	(1.984.001)	(1.214.748)
COFINS	(9.138.429)	(5.595.200)
RGR	(1.593.335)	(1.840.478)
P&D	(562.231)	(639.752)
CDE	(18.302)	-
TFSEE	(116.930)	(368.096)
Outras	(7.462)	-
	63.343.725	100.163.604

18. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(2.686.006)	(2.473.536)
Material	(1.745.559)	(1.599.859)
Serviços de terceiros	(1.469.820)	(2.055.445)
Tributos	(120.464)	(161.682)
Arrendamentos e aluguéis	(123.709)	(138.711)
Custo de operação e manutenção	2.542.892	5.124.943
Gastos diversos (i)	(948.942)	(1.931.471)
Outras	163.744	(116.238)
	(4.387.864)	(3.351.999)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

19. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	4.654.572	3.683.961
Receitas de aplicações financeiras	4.653.717	3.674.596
Outras receitas financeiras	855	9.365
Despesa financeira	(21.267.778)	(20.372.351)
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 10)	(19.606.274)	(19.346.731)
Variação monetária	(764.488)	-
Outras despesas financeiras	(897.016)	(1.025.620)
	(16.613.206)	(16.688.390)

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

20. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	42.157.615	79.223.343
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido - Adoção Lei 12.973	(14.333.589)	(26.935.937)
Adições e exclusões não dedutíveis	21.541.949	(397.126)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	125.696	-
Outros	24.000	118.064
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>7.358.056</u>	<u>(27.214.999)</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.428.722	21.693.930
Ativo financeiro amortizável	9	535.450.794	522.432.339
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Concessionárias e permissionárias	7	11.220.443	14.195.172

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Financiamentos	10	259.676.239	286.192.907
Fornecedores - terceiros		998.493	1.108.598
Fornecedores - partes relacionadas	22	4.907	4.725

21.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Ativo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras contas a receber - não circulante	130.958	24.794

22.2. Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedor (i)	4.907	4.725
Outras contas a pagar com partes relacionadas	4.103	-

22.3. Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa aluguel (i)	58.519	32.455

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	426.405	563.973
Seguro patrimonial	Risco operacional	89.384.015	89.384.015
Veículos	Carros	36.431	35.849
		<u>89.846.851</u>	<u>89.983.837</u>